PROFESSOR, UM BARCO A DERIVA NO MAR DAS IMPOSIÇÕES MERCADOLÓGICAS E DAS AGÊNCIAS FINANCIADORAS.

Márcio Sampaio de Marins*

RESUMO

O antagonismo vivido pelo profissional da educação que como se único responsável fosse, recebe as cobranças sobre os rumos que a educação tomou, e que, no entanto, tem sua participação prescindida no período para a elaboração dos objetivos e diretrizes da educação. É sobre este antagonismo o tema deste artigo, procura-se aqui relatar como funciona o sistema de financiamento da educação pelo Banco Mundial, e quanto a aquisição deste empréstimo interfere no direcionamento que o governo federal toma no momento de aplicar as verbas para a educação. Como se comporta o governo federal em especial o Ministério da Educação frente às imposições do banco? Qual o perfil de profissional da educação é intentado pelo banco? Que conduta tem o professor diante deste quadro? Qual atitude pode ter o profissional da educação para modificar e reverter este quadro? Estas são perguntas para as quais as respostas e sugestões o texto pretende demonstrar, com o propósito de tornar visível que os profissionais da educação em especial o professor, são colocados no centro de uma discussão como atores principais do destino da educação, sendo que verdadeiramente quem escreve o roteiro, contam uma história que não permite que estes profissionais tenham sua atuação plena e completa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Banco Mundial, Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

The antagonism experienced by education professionals, that, as if they were the only ones responsible, receive demands on the directions that education has taken, and, however, have their participation prescinded on the period of preparation of education guidelines and goals. The topic of this article is about this antagonism, we aim to report here how the system of education funding from the World Bank works, and how acquiring this loan interferes in the direction the federal government takes to apply the funds for education. How the federal government behaves, in particular the Ministry of Education, facing the impositions of the bank? What profile of education

*Mestre em Educação, especialista em Docência do Ensino Superior, professor da Faculdade União de Campo Mourão - UNICAMPO.

professional is desired by the bank? What conduct can the teacher apply facing this set? What attitude can the education professional have to change and reverse this situation? These are questions which the answers and suggestions this paper seeks to demonstrate, for the purpose of making visible that education professionals, in particular the teachers, are placed in the center of a discussion, as main actors of the fate of education, while who, in fact, writes the script, tells a history which does not allow these professionals have their full and complete performance.

KEYWORDS: Education, World Bank, Pedagogical Political Project.

INTRODUÇÃO

Saudosismo, esta é uma característica do ser humano, é comum observarmos em nossas conversas expressões como: *Na minha época...* ou ainda, *antigamente, as coisas eram diferentes*, dando uma conotação de que as *diferenças* hoje são piores. Certamente mudanças ocorreram, é possível que em muitos aspectos a vida moderna esteja mais difícil do que em tempos remotos. Sobre a educação certamente atuam esses aspectos, aqui o saudosismo se justifica. O comportamento dos alunos e os resultados obtidos em avaliações, quer seja do ensino médio ou mesmo do ensino superior, deixam claras as condições em que se encontra a educação em nosso país. Mas em que momento as coisas mudaram? Ou melhor, que fatos fizeram ou continuam fazendo com que haja esta mudança?

A história da profissão docente, e do profissional da educação está desde seu princípio até hoje, no Brasil, ou mesmo em outras regiões do mundo, estreitamente associada à ausência de identidade profissional e ainda associada a um jogo de empurra entre aos poderes diretores e a sociedade civil estabelecida, onde nem um nem outro assume para si as responsabilidades e o ônus de reconhecer a importância e também o estágio negativo em que se encontra a educação e a cultura em nosso país.

Em uma sociedade onde não se reconhece o valor da educação e da cultura para a sua construção, o professor não encontra reconhecimento de seu valor e não

consegue o espaço necessário para formação de uma identidade profissional que fale por si, delimite espaços e alicerce opiniões quando são discutidos os rumos que esta mesma sociedade deve trilhar.

A alternância entre os comandos sobre educação, quer seja pela igreja, como no início de nossa colonização, pelo governo estabelecido, ou mesmo em raros momentos quando o comando das diretrizes da educação esteve nas mãos dos profissionais da educação; provavelmente foi um dos fatores que mais contribuíram para a construção de uma identidade profissional que está aquém da importância social do profissional da educação. A adequada identidade profissional serviria de base de sustentação e resistência em suas lutas e reivindicações. Certamente, esta alternância não foi o único fator e nem mesmo o mais importante, muitos outros fatores contribuíram para que a profissão não tivesse a representatividade necessária, não só para suas defesas trabalhistas, mas também sua representatividade social, filosófica e política. A quem é interessante esta falta de representatividade? Esta falta de identidade?

Quando o leitor se defronta com textos publicados por agências internacionais de financiamento, escritos por seus representantes para as diversas regiões do globo e, procura observar e analisar as diretrizes e objetivos traçados para a educação nestes países, e as características para sua exeqüibilidade, percebe então a quem interessa que pensadores e disseminadores de cultura e conhecimento não tenham real representação dentro da sociedade.

Vivemos em um mundo onde o capital direciona o crescimento e desenvolvimento mundial, dentro desta realidade, a educação perdeu sua característica principal de agente de transmissão do conhecimento para a elaboração de ciência e mais conhecimento, o autoconhecimento do homem como ser perdeu sua importância, atualmente valoriza-se a aquisição e elaboração de conhecimento das chamadas ciências duras, somente a ciência para a criação e elaboração de bens de consumo recebem então o investimento financeiro.

A necessidade de se consumir e, consequentemente produzir para se suprir este consumo, acaba mascarando de necessidade o que não é tão necessário

assim, torna a população refém do mercado, a visão de que a educação é um bem vendável deturpa a avaliação do cidadão sobre a mesma, ele acredita na educação somente como um meio de se atingir o objetivo de entrar no mercado de trabalho.E a cultura? E o conhecimento? O importante, no entanto, parece ser somente entrar no mercado de trabalho, mesmo que seja para ser reprodutor de um conhecimento previamente criado, sem perceber que foi transformado também em consumidor dos bens criados a partir deste conhecimento para o consumo.

O objetivo deste trabalho é demonstrar que o profissional da educação, desrespeitado em suas opiniões relativas à construção de sua profissão, vive hoje a realidade de ter lançadas sobre seus ombros as responsabilidades relacionadas com o momento atual por que passa a educação e também a sociedade, sendo que sua atuação profissional é cerceada por imposições arbitrárias e externas, vindas de interesses econômicos e mercadológicos, elaborados por agencias financiadoras no intuito de direcionar o desenvolvimento econômico mundial, segundo suas necessidades e interesses.

O BANCO MUNDIAL.

Criado período do pós guerra, sua função inicial estava relacionada com o auxílio para a reconstrução dos países destruídos na "2º guerra mundial, foi criado em 1944 na conferência de Bretton Woods, com o nome de Banco Internacional para o Desenvolvimento e Reconstrução (BIRD)", o banco tem como *modus operandi* ser agente financiador de projetos para o desenvolvimento e para infra-estrutura econômica, energia e transporte, tornando-se mais tarde promotor de ações para a promoção do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, entre eles América Latina e África (ABÁDIA, 2003, p.286).

O relacionamento do Banco Mundial com o Brasil se inicia no ano de 1946, quando financia em Curitiba um projeto para o ensino industrial para a escola técnica de Curitiba, e as relações se davam de forma ao país receber do banco também a assistência técnica na área econômica e também social. A ação do Banco se diversifica com o decorrer da história, porém, a partir dos anos de 1970, na

gestão de McNamara, o Banco Mundial começa a se posicionar em relação aos países devedores como sendo a única alternativa para solução de seus problemas sociais, especialmente os relativos à pobreza e educação.

Neste período as ingerências do Banco no setor educacional do país começam a ser tornar claras, a liberação de novos empréstimos, somente seria possível com o "cumprimento de regras e normas estabelecidas em cartas de intenções e outras formas de *sugestão"*, como ajuda e assistência técnica aos setores sociais e econômicos do país (ABÁDIA, 2003, p.286 e 287).

Convém ainda salientar, que os *donos* do Banco Mundial, são países ricos, e empresas multinacionais sediadas nestes países, que a partir de seu poderio econômico, político e até mesmo bélico, no interesse de se apoderar da riqueza de países devedores, atuando por intermédio também do Fundo Monetário Internacional (FMI), e Organização Mundial do Comércio (OMC), definem as formas, valores, correções e juros a serem associados aos empréstimos a serem liberados para os países devedores.

Após analisar os países que obterão os empréstimos, seus analistas e técnicos, sempre sob a tutela de um representante para a região, desenvolvem para o país em questão uma "cartilha" que deverá ser seguida, levando-se sempre em consideração o posicionamento do banco em relação a vários posicionamentos relativos à educação e economia.

O posicionamento do Banco Mundial relativo à educação, é sempre favorável aos cursos de formação de mão de obra rápida para suprir as necessidades do mercado, e assim atingir o crescimento econômico almejado; sugere redução dos investimentos na educação, dando prioridade ao ensino fundamental, em detrimento aos outros níveis de ensino, que deverão ser "absorvidos" pelo setor privado; sugere também ser a educação um serviço público que pode ser transferido para o setor privado. No setor econômico, defendem a abertura do mercado para bancos e empresas multinacionais, pois o processo de Globalização é inevitável e na verdade benéfico ao país, pois este deve estar preparado e adaptado à realidade do mercado mundial. (ABÁDIA, 2003, p.288).

A amplitude social a ser atingida a partir destes posicionamentos nos leva a perceber o quanto é antagônico para o governo federal o posicionamento de escolha entre as condições impostas pelo banco e os compromissos de campanha firmados junto à população no período eleitoral, o posicionamento do país no cenário internacional está em jogo, mas não seria o bem estar social prioridade? Ao se traçar diretrizes para a educação que respeitem as condições impostas pelo banco, o governo federal, prescinde da opinião de seus profissionais da educação, não será por isso que vivemos o atual estágio na educação do país? Qual é a função da educação? Formação de mão de obra ou transmissão de conhecimento, ciência e cultura?

AS IMPOSIÇÕES DO BANCO, CAUSA DA INSUFICIÊNCIA CULTURAL.

Ao se promover a supervalorização das chamadas *ciências duras*, estabelece-se uma diminuição da importância da compreensão do homem como ser social, da ética e da filosofia, que são na verdade os conhecimentos que direcionam o homem em sua construção como componente participante de uma comunidade, e de sua história.

A importância de se conhecer a história do homem como ser social, e de se conhecer a estreita relação entre o conhecimento e a cultura para esta construção está diretamente relacionada com a função social e evolutiva da profissão de educador e do profissional da educação, seja ele professor, orientador, supervisor ou diretor.

Retirar a representatividade deste profissional dentro do meio social onde ele vive, é estratégico, para a implantação de planos *mirabolantes*, que visam na verdade transformar os países e seus governantes, normalmente coniventes, em meros consumidores do capital de países financiadores, representados por instituições internacionais de financiamento como o BIRD (Banco Mundial). Em seu texto *EDUCAÇÃO SUPERIOR: enfrentando os desafios do século XXI*, o senhor Jamil Salmi, chefe do setor para a educação do Banco Mundial para a região da América Latina e Caribe, sugere que a educação nada mais é do que outro bem de

consumo, e que o conhecimento está a venda, neste texto ele cita parte de um discurso do magistrado Antonin Scalia, da corte suprema americana, em um discurso que este fez na universidade de Willian e Mary em Maryland nos Estados Unidos, onde ele diz "[...]Os cérebros e a aprendizagem, assim como os músculos e a habilidade física, são artigos de comércio, são comprados e vendidos, alguém pode alugá-los por dia ou por hora [...]", neste mesmo texto o Sr. Salmi sugere que imaginemos uma universidade ou escola sem paredes, ou construções, onde as bibliotecas seriam virtuais, onde houvesse um ranqueamento não pela qualidade dos professores, e sim pelo número e qualidade de conexões a internet. Será que seria possível se fazer esta sugestão a uma profissão que tivesse uma identidade profissional estabelecida? Será que teriam coragem de sugerir que hospitais trabalhassem sem médicos?

Quando professores lutam por melhores salários e condições de trabalho, a bandeira que se levanta é de que se trata meramente de corporativismo, suas reivindicações perdem imediatamente a importância e não recebem o apoio popular necessário. No entanto, quando analisam o momento em que se encontra a educação no país, e a verdadeira face da educação se apresenta, os técnicos desaparecem, os responsáveis nunca são nomeados, e de forma previsível e sistemática, os professores são responsabilizados como responsáveis por esta situação.

Enquanto em seus textos os representantes do banco mundial supervalorizam a tecnologia e conexões à internet, no mundo real o professor na escola se depara muitas vezes com falta de cadeiras, giz e quadro negro, no interior do país nos deparamos com salas multi-seriadas onde muitas vezes o professor sequer concluiu o ensino médio, repetindo o fato que já ocorria no período pombalino pelos idos anos de mil e setecentos, onde para que se fosse professor bastava ao cidadão que soubesse ler e escrever. Este é o profissional da educação, responsabilizado pela mazelas, não consultado quando das decisões significativas sobre o futuro de sua profissão e de forma ainda mais preocupante, inconsciente de sua função social e importância para a construção do homem com ser social e cooperativo.

O professor foi sempre manipulado em suas ações profissionais e sociais, sendo que suas condutas docente e pedagógica são direcionadas em função de vontades externas e poderosas, atreladas às vontades do governo e de seus financiadores, sendo sempre este profissional um *barco a deriva*, muitas vezes não podendo exercer sua profissão de forma plena e consciente.

Quando o profissional da educação procura adquirir uma identidade, e luta por melhoria da qualidade de trabalho e vida, seus movimentos são acusados de serem mero corporativismo, são expostos à população por uma mídia reacionária e manipulada pelos interesses econômicos do mercado, encontrando eco em uma população não preparada para pensar e tirar suas próprias conclusões do momento vivenciado. A falta de conhecimento e cultura da população os submete a uma condição reacionária, fechando um ciclo nefasto de um ser que se destrói em benefício de um mercado que favorece a poucos.

A INGERÊNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO

As características físicas relacionadas à educação que a possibilitam estar presente por intermédio das escolas, nos mais distantes e remotos locais do país e as expectativas de que ela seja agente capaz de promover ascensão e mobilidade social, tornaram a educação uma instituição de controle social, o que significa poder político.

Mesmo no período Jesuítico, este controle social se manifesta com o objetivo político e também educacional, definidos em disseminar a fé cristã, preparar os filhos dos nobres para a universidade em Portugal e também *domesticar* a população indígena selvagem.

Durante todo o transcorrer da história da educação no país são observados momentos de disputa entre vários setores pelo poder de se decidir o futuro do cidadão e também sobre o futuro da sociedade, haja vista que, a educação é o principal agente compositor da sociedade pela construção e transmissão da história

do homem como ser social. Durante os anos de 1930, muitos foram os embates entre a igreja e os liberais, pelo comando da escola.

> "[... Autoridades religiosas e políticas pleitearam o controle sobre as mentes e os corpos da maioria da população, reivindicaram o direito de arbitrar as regras, aplicar o código de conduta moral, de comportamento cívico e de justiça, ou seja, o direito de formar o homem e sociedade desejados...]". (ABÁDIA, 2003, p.291).

Afirmativamente a escola é uma instituição de controle social, ter o poder de decisão sobre seus direcionamentos e orientações, significa perpetuar ou modificar a realidade socioeconômica vigente. A escola pode ser reprodutora desta ordem, adequando seus indivíduos ao momento social e perpetuando o modelo econômico presente, porém, a escola esperada é aquela que desperte em seus alunos a capacidade de interferir nos rumos da sociedade, que forme cidadãos conscientes de sua importância para a elaboração de um novo perfil de sociedade, capazes de modificar o modelo presente e construir um novo, a partir das necessidades identificadas e dos anseios almejados pela comunidade e sociedade; mas, a quem interessa atingir este perfil de formação?

Certamente o momento escolar que o país vivencia não é nem sequer próximo do possível e necessário, os órgãos financiadores internacionais continuam exigindo o pagamento dos juros e parcelas da dívida, e a sugestão "técnica" é a diminuição dos investimentos em educação. Para que o país possa pagar os juros e a dívida assumida junto ao Banco Mundial, o profissional da educação é submetido a trabalhar por salários que são na verdade, desestimulantes profissionais, e que nivelam por baixo a qualidade do profissional de educação. Os parcos investimentos em educação, e também a freqüente interrupção de trabalhos iniciados por uma equipe de administração pública para início de um novo trabalho sem que haja a devida avaliação dos resultados obtidos, como em uma delimitação de território,

fazem com que a educação em nosso país, tenha atingido níveis baixíssimos comprovados pelos resultados em exames para avaliação do alunado em níveis nacionais e internacionais. (ABÁDIA, 2003).

A necessidade do governo federal em cumprir compromissos assumidos junto ao Banco Mundial, o coloca a mercê das exigências feitas pelo banco, como conseqüência desta situação, a educação, recebe cada vez menos investimentos, junto com a saúde e segurança, tornando a população do país indefesa diante de uma realidade que a transforma em refém de programas sociais de caráter assistencialista e escravizador, que mesmo suprindo necessidades “básicas” para a população, não oferecem possibilidade de mobilidade e ascensão social, que poderiam ser obtidos através da educação.

PROFESSOR, O BARCO E A ESPERANÇA DE NAVEGAÇÃO.

Quando falamos em educação falamos em presença, em exemplo, em orientação, falamos em envolvimento, e também em estabelecimento de limites. Estabelecer limites remete a uma relação de autoridade (não estamos falando de autoritarismo), mas que autoridade pode ter o professor diante de seus alunos, se suas condutas pedagógicas são direcionadas para se atingir objetivos que não os da docência e educação? Que autoridade pode ter um profissional que tem suas diretrizes e orientações ditadas por instituições comandadas não por educadores, mas por profissionais de outras áreas, políticos com função única de corresponder às expectativas de um governo de perfil mercadológico e submisso a Agências financiadoras internacionais?

Para o profissional da educação e para os sujeitos que compõe o universo educacional, uma informação precisa ficar clara e estruturada, o Brasil empresta dinheiro do Banco Mundial há 50 anos, e há 50 anos é pressionado pelos técnicos do banco a reduzir investimentos em educação, “[... Ou seja, o dinheiro vem com rubricas carimbadas e as escolas apenas estão executando decisões.]”. (ABÁDIA, 2003, p.294).

A ação dos organismos internacionais na intenção de perpetuação do quadro social existente se dá de forma avassaladora, sua interferência junto ao governo federal e neste caso em particular junto ao ministério da educação faz presente quando do direcionamento e elaboração de diretrizes para a educação do país, desde a educação infantil, até inclusive a educação superior. “[... Não é possível subestimar, outrossim, a força que adquirem no quadro de relações claramente verticais entre “doadores” e “tomadores” de empréstimos no cenário internacional, quando o foco incide sobre a administração pública e educacional...]”. (BUENO, 2004, p.447)

Há a necessidade de uma organização para a educação, sua recuperação e da credibilidade de seus profissionais, esta organização deve ocorrer de dentro da escola, que deve se mobilizar no intento de decidir que perfil de aluno deseja formar, e deve ser guiada pela elaboração do documento projeto político pedagógico, mas o que é o projeto político pedagógico?

> [...] É um documento teórico-prático que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre os dois pólos, elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os fundamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola. Que elementos o integram? É um instrumento que organiza e sistematiza o trabalho educativo compreendendo o pensar e o fazer da escola por meio de ações que combinem a reflexão e as ações executadas do fazer pedagógico. A construção coletiva deve considerar a história da comunidade escolar, afirmar os fundamentos políticos e filosóficos e os valores, assegurar uma boa formação e processos constantes de vivências democráticas, a capacidade de mediar dos conflitos existentes nas relações interpessoais, primar pela capacidade inventiva e criativa de todos, conduzir com presteza processos de avaliação processual e revitalizar a gestão democrática com efetiva participação de todos os membros da escola e da comunidade onde a escola está geograficamente situada [...]. (ABÁDIA, 2003, p.297).

O projeto político pedagógico, descrito anteriormente de forma tão clara, tem estas características, é emancipador, capaz de desenvolver cidadania, direcionar e ordenar o pensar e do fazer do trabalho da escola. O projeto deve identificar a comunidade escolar, identificar o perfil do aluno a ser formado, as discussões para sua elaboração e construção podem devolver autonomia à escola, que se organizará de forma democrática e libertadora.

As dificuldades para elaboração e implantação do projeto, tornaram-no um documento *engavetado*, não servindo ao propósito para o qual foi criado. A necessidade do avivamento das discussões sobre o projeto político pedagógico se faz clara, ele pode se tornar a arma que a educação tem para pleitear seus direitos e cumprir com o seu dever de emancipador social e humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a L.D.B. 9394/96, foi dada aos profissionais da educação a arma necessária para que ele possa combater as imposições dos agentes financeiros internacionais como o Banco Mundial. O projeto político pedagógico poderá servir como direcionador dos investimentos do governo federal, sua descrição privilegiará as necessidades reais da comunidade onde a escola está inserida, a descriminação de onde, quando e quanto investir em educação, quanto desta verba pode ser investido em aumento de salário, ou ainda em cursos para atualização do professor, onde se investir em ensino médio, ou ensino fundamental, ou ainda em educação superior.

A participação do professor no processo de elaboração e construção do projeto político pedagógico é tímida, em muitas situações, ausente, a falta de conscientização da importância do projeto como libertador do profissional e a ideia de que é somente mais um documento a ser preenchido, somente mais trabalho para um profissional que já tem tanto, fazem com que o professor ao não

participar de sua elaboração favoreça e torne mais fácil a atuação dos técnicos do banco mundial nas discussões que tratam do futuro da educação. A educação precisa passar por um processo de recuperação de identidade, de fortalecimento político e de libertação da ingerência externa que cerceia e diminui o espaço que a educação deve ocupar no processo de construção do homem como ser social.

Nesse processo, a conduta do professor é condição basal. Assim, desde que disposto a aprender, participar, refletir e agir, conseguem ressignificar suas experiências; resgatam, reafirmam e atualizam valores; explicitam seus sonhos e utopias; demonstram seus saberes; reafirmam suas identidades; estabelecem novas relações de convivência, e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, ou seja, ao Projeto Político Pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALTMANN, H.. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p.77-89, 2002.

- BUENO, M. S.S.. **O Banco Mundial e modelos de gestão para a América Latina.** Cadernos de Pesquisa, V.34, n.122, p.445-466, 2004.

- FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- NÓVOA, A.. **O passado e o presente dos Professores.** Editora Porto, 1991.

- QUAGLIO, P.. **Administração escolar: Questões para o novo milênio.** Administração, Supervisão, Orientação e Funcionamento da Educação Brasileira, p.49. SP, Pioneira, 2000.

- SALMI, J.. **EDUCACION SUPERIOR: Enfrentando los Retos del Siglo XXI.** Documento do Banco Mundial, 2000.

- SILVA, M. A. **Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira.** Cad. Cedes, Campinas V.23 n.61 p.283-301, 2003.

- SEVERINO, A. J.. **Formação de Educadores: Artes e técnicas – Ciências e Políticas.** São Paulo Editora Unesp, 2006.